ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA 1 ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR-SC Nº 014/2018. No dia dezenove de 2 3 setembro de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, na sala da Assessoria aos Conselhos, localizada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro -4 Gaspar – SC, realizou-se a reunião extraordinária deste conselho. Estavam presentes 5 os conselheiros: Valdiria Stanke Pamplona representante titular da Secretaria 6 Municipal de Planejamento Territorial; Rubiana Azambuja Proença Becker 7 representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social; Eloiza 8 Campregher Probst representante titular da Secretaria Municipal de Assistência 9 Social; Leonardo Spizzirri Bolsoni representante titular da Secretaria Municipal de 10 Saúde; Maria Elígia Krauss representante titular dos Usuários do SUAS; Vicente de 11 Paula Sousa representante titular dos Usuários do SUAS: Alexandra Zancanella 12 Pereira representante titular Entidade e Organização de Assistência Social; Camila 13 Oliveira Rossi representante suplente da entidade de Trabalhadores do SUAS; 14 15 Danielli Rúbia Provezi Demétrio representante titular da entidade de Trabalhadores do SUAS; Sandra da Cunha Alves representante suplente da entidade de 16 Trabalhadores do SUAS; Elaine Cristina Guimarães a nova Diretora da Assistência 17 18 Social e Marilete Zimmermann assessoria técnica aos conselhos. A presidente Danielli Rúbia Provezi Demétrio agradeceu a presença de todos, apresentou os novos 19 20 conselheiros, Leonardo representando a Secretaria de Saúde e representando a Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa. Informou que a 21 22 reunião extraordinária foi agenda para finalizar a pauta da reunião anterior que ficou muito extensa e segue com a leitura da pauta sendo os itens: 1) Aprovação da Ata 23 nº 011/2018; 2) Controle Social da Gestão de Benefícios Eventuais; 3) Mandato e 24 período de permanência dos conselheiros no CMAS; 4) Reestruturação das 25 Comissões Permanentes e Temporárias; 5) Roda de conversa sobre as 26 atribuições do CMAS; 6) Comunicação entre membros do CMAS via WattasApp; 27 7) Assuntos Gerais. 1) Aprovação de anterior ATA nº 13/2018; A presidente 28 informa a necessidade da aprovação desta Ata devido a aprovação do Fundo 29 Municipal de Assistência Social e encaminhamentos necessários. Questiona se todos 30 os conselheiros leram a ata encaminhada anteriormente via e-mail, onde todos os 31 conselheiros leram, sem sugestão de alteração, aprovada por unanimidade e 32 assinada pelos conselheiros presentes. 2) Controle Social da Gestão de Benefícios 33 **Eventuais**; A presidente informa que este item de pauta lhe foi solicitado como 34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

conselheira, pelos trabalhadores do SUAS com relação ao atendimento realizado na Secretaria de Assistência Social na Gestão de Benefícios Eventuais. Esclarece que foi repassado a informação que o atendimento diário é restringido a quatro usuários em função da questão orcamentária do município. Pontua que é atribuição do conselho exercer o controle social e ficamos muito preocupados em acompanhar e fiscalizar as entidades, porém também é atribuição do conselho acompanhar e fiscalizar os serviços, projetos, programas e benefícios socioassistencias. Salienta que os trabalhadores do SUAS estão trazendo estão essa demanda apresentada, sendo que a presidente enquanto conselheira, trás essa situação para o conselho se posicionar. Pontua que no setor onde trabalha não tem muita demanda, mas já aconteceu de uma usuária não ser atendida, sendo que teve que recorrer a Conferência Vicentina, que naquele momento não tinha ninguém para atendê-la e a mesma teve que recorrer a vizinhos. Também tem recebido essa mesma demanda de outros profissionais. Pontuou que foi repassado a informação que no dia de ontem (18/09/2018) 09 (nove) pessoas foram embora sem atendimento, somente no período matutino. Pontua ainda que não entrará no mérito da questão ética de cada profissão e sim no atendimento da população usuária. A conselheira Eloiza questiona se as 09 (nove) pessoas não foram atendidas ou não receberam o benefício eventual e informa que ela mesma atendeu as nove pessoas em sua sala e deu os devidos encaminhamentos. Danielli pontua que são duas situação distintas; o atendimento e o repasse de benefícios eventuais e coloca que como conselheira é contra o não atendimento a população, sendo porta de entrada do Serviço da Política de Assistência Social. Informa que foi repassado o valor que será distribuído para atender à população até o final do corrente ano. Disponibiliza o documento para averiguação de todos. A conselheira Alessandra pontua que chegou a informação através do coordenador que seriam atendidas 4 (quatro) pessoas por dia para o benefício eventual. Eloiza confirma que a informação é oficial. A presidente coloca que a informação é de quatro atendimentos por dia. Eloiza coloca que há um equívoco, que são 4 (quatro) liberações de benefício por dia. Alessandra questiona como se dá esse atendimento, sendo que chega 9 (nove) pessoas e são liberados 4 (quatro) benefícios. Eloiza coloca que na segunda-feira tinha aproximadamente 20 (vinte) pessoas, todas para benefício. A questão é realmente financeira, que tem somente o valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) para trabalhar até o final de ano, que esse valor já foi suplementado, assim como o valor de R\$ 600.000,00

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

(seiscentos mil reais) para as casas de acolhimentos. Informa que para o orçamento do ano seguinte se conseguiu um aumento de R\$100.000,00 (cem mil reais) mais. Coloca que o secretário Santiago chamou a equipe que trabalha com os benefícios eventuais, a Thaise representando o CREAS a Sandra Gerusa representando os CRAS, onde estudaram a situação e chegou-se a seguinte conclusão, atender a população até o mês de outubro e informar que terminou o recurso ou fazer quatro repasses diários, e optou-se pela segunda proposta em conceder os quatros repasses. Reafirma que todas as pessoas são ouvidas, que a situações de ter dias com número maior de repasse, para a pessoa não precisar retornar, no caso de idosos, ou que convivem em locas mais distantes. Justifica que pode ter acontecido de pessoas não serem atendidas na ausência de alguns profissionais, pois a recepcionista Mara ficou três dias afastada. Que ela mesma se afastou dois dias por problemas de saúde. Que Rubiana teve falecimento na família, ficando somente a recepcionista estagiária de nível médio na recepção e pode ter acontecido de usuários não serem atendidos. Rubiana coloca a situação da usuária que foi levada na Conferência Vicentina. Pontua que está sendo feito o possível para atender a todos. Coloca ainda que Eloiza está fazendo a triagem na recepção. A conselheira Valdiria pontua a necessidade de repensarmos a nossa prática, se estamos aqui para atender ou dizer não. Eloiza explica que foi votado em reunião a liberação de 4 (quatro) repasses diários. A presidente do conselho Danielli ressalta que os profissionais do CREAS (Centro de Referência de Assistência Social) foram contrários a restrição de 04 atendimentos diários, pois existem demandas que não estão sendo atendidas, e que não devemos os negar o acolhimento/atendimento em virtude da questão financeira dos benefícios eventuais. Pontua ainda que a coordenadora do CREAS trouxe os questionamentos e o posicionamento dos profissionais para a gestão. A conselheira Eloiza relata que a gestão não recebeu tal solicitação da coordenadora do CREAS. A conselheira Sandra questiona onde estão os registros dos quatros atendimentos diários, porque o usuário relata que não foi atendido, que no Social Service não costa nenhum registro. Alessandra coloca a mesma situação, questiona se realmente o usuário está sendo acolhido e encaminhado para a rede de serviços, conforme suas demandas e necessidades. Danielli pontua que não recebeu retorno do documento que encaminhou ao setor. Eloiza explica que Mara preenche uma tabela com o número de atendimentos e a demanda reprimida. Valdiria sugere o registro da demanda reprimida, onde Eloiza pontua que está falhando na questão do

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

registro, mas pontua que poderá ser registrando no Social Servive. Valdiria sugere trazer os registros na próxima reunião. Os quatro usuários são repassados para Michelle que faz o registro e os demais ela mesma acolhe. Informa que é enorme aumento da demanda. O conselho coloca que todo ano essa situação se repete. Eloiza explica que neste ano conseguimos os quarenta e três mil e mais cem mil reais para o ano seguinte. Explica a rotina dos Benefícios Eventuais e os valores que estão sendo liberados: auxílio cidadão no valor de R\$8.333 (oito mil, trezentos e trinta e três reais), 9 (nove) jogos de fotos - suplementado, R\$ 800,00 (oitocentos reais) de passagem e renda complementar no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais mês). O conselheiro Leonardo coloca a situação do valor mais elevado das mercadorias nos mercados pequenos, conveniados com a secretaria. Eloiza informa que a rede TOP de supermercados entrará com o credenciamento no inicio do ano seguinte. Rubiana informa que no mês de janeiro foi realizado 80 atendimentos e no mês de julho 122 atendimentos. O conselheiro Marcelo coloca que na questão orçamento, em qualquer lugar é uma "briga". Que existem somente duas formas de convencer os gestores, através de conhecimento e de evidências que devem ser registradas. Eloiza coloca que é um processo desgastante. Foi colocado também que um dos motivos do aumento da demanda é os encaminhamentos de outras políticas. Acredita-se que é pelo fato de ser estagiários no atendimento a população e não possuem o conhecimento do fluxo. A presidente coloca que o profissional que trabalha nos benefícios eventuais trabalhe 40 horas semanais, para realizar o atendimento em período integral a população usuária. Rubiana coloca que neste momento não seria o caso, pois não tem recurso para ser repassado. Eloiza coloca que não tem vaga no quadro para ser chamado assistente social, assim como serviços gerais, motoristas, que neste momento será chamado um educador social em substituição a educadora social Greice que pediu exoneração. **Deliberação:** solicitar profissional de 40 horas para atendimento na gestão de benefícios eventuais, fluxograma do atendimento, registros dos atendimentos realizados, demanda acolhida, atendida e reprimida, diagnóstico, planejamento, orçamento e qual o financeiro desejável para o ano de 2019. Eloiza coloca a rotina dos benefícios eventuais, elenca algumas situações específicas e esclarece as dúvidas dos conselheiros. Coloca ainda se alguém tem dúvida pode procurar a Thaise e a Sandra Gerusa que também participaram da reunião onde aconteceu essa deliberação. 3) Mandato e período de permanência dos conselheiros no CMAS; A presidente coloca o que diz a Lei referente ao

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

mandato e período de permanência dos conselheiros, que é de dois anos por igual período de recondução. Após as discussões pertinentes, Rubiana ficou responsável em fazer o levantamento no Diário Oficial e tentar descobrir o período que cada conselheiro governamental está no conselho. 4) Reestruturação das Comissões Permanentes e Temporárias; A presidente informa as comissões permanentes e temporárias do conselho e os membros de cada comissão. Explica que anteriormente a substituição era automática. No entanto, como teve muita substituição de conselheiros, sugere a reestruturação. O conselheiro Vicente coloca que nas últimas três reuniões da Comissão de Finanças, compareceu somente ele o conselheiro Calisto. Referente à Comissão de Acompanhamento dos Serviços Socioassistenciais dos Programas Federais, Eloiza informa que essa comissão foi criada principalmente por causa do Programa Bolsa Família e explica sobre o programa, esclarecendo as dúvidas dos conselheiros. A conselheira Valdiria solicita o relatório da última Conferência. Em relação à Comissão de Acompanhamento do Plano SINASE, Eloiza Informa que Janaína, gestora do Plano irá chamar a comissão, que está somente aguardando as demais repostas de solicitação de representatividade. Deliberado que o conselheiro que não quer participar de determinada comissão, deverá comunicar na reunião ordinária. Sr. Vicente coloca uma das atribuições da Comissão de Finanças é realizar visita in loco. Eloiza coloca a necessidade de agendar o carro com antecedência. A conselheira Valdiria solicita sua inclusão na comissão de normas e regulamento. A composição atual das comissões será anexada a esta ATA. 5) Roda de conversa sobre as atribuições do CMAS; A presidente informa que trouxe alguns dos assuntos discutidos na ultima capacitação da AMMVI como: Elaboração da Resolução de inscrição de entidades com a definição de cada comissão; Receber e analisar a documentação de solicitação de inscrição; Visitar a entidade e emitir parecer quanto as condições de financiamento; Pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição; Encaminhar a documentação ao Órgão Gestor para inclusão no Cadastro Nacional. Deliberado que será encaminhado ofício para a diretora de Assistência Social solicitando a inclusão da entidade Lar Pequeno Anjo. A presidente explica que a visita técnica necessária para aprovação da inscrição é diferente da visita de acompanhamento, sendo necessário o conselho realizar o plano de acompanhamento e fiscalização das entidades, serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Eloiza coloca a necessidade do preenchimento do formulário no momento da visita técnica, contemplando os diversos olhares da comissão. O

171	conselheiro Marcelo coloca a importância de usar o Marco Regulatório - Lei nº 13.019.
172	Eloiza informa que sempre é seguido as orientações do Jurídico. Deliberado que será
173	encaminhado para a Comissão de Normas. Dando continuidade: Promover audiência
174	pública anual, a presidente informa que ainda não está acontecendo.
175	Encaminhamentos: Encaminhar o cancelamento de inscrição da entidade GAIAA.
176	Encaminhar novamente o material da capacitação para os conselheiros. 6)
177	Comunicação entre membros do CMAS via WatasApp; Informa da criação do
178	grupo WatssApp, se todos os conselheiros concordam e foi aprovado por todos. 7)
179	Assuntos Geraias. Eloiza faz o convite para a posse da conselheira Tutelar Vanessa
180	Fabiane Schedt no dia de hoje às 17h. Informa a vacância da conselheira Elaine e
181	Juçara. Coloca que foi uma eleição histórica, em torno de 800 (oitocentos) votantes.
182	Informa que no ano seguinte teremos a eleição Unificada. Não havendo mais nenhum
183	assunto a presidente Danielli agradeceu a presença de todos, e não havendo
184	nenhuma outra manifestação, deu- se por encerrada a presente reunião, sendo da
185	qual eu Marilete Zimmermann, lavro a presente Ata que será assinada pelos
186	conselheiros presentes.
187	Valdiria Stanke Pamplona
188	Rubiana Azambuja Proença Becker
189	Eloiza Campregher Probst
190	Leonardo Spizzirri Bolsoni
191	Marcelo Luis Colla
192	Maria Elígia Krauss
193	Vicente de Paula Sousa
194	Alexandra Zancanella Pereira
195	Camila Oliveira Rossi
196	Danielli Rúbia Provezi Demétrio
197	Sandra da Cunha Alves